

YAGO NUNES DOS SANTOS

VETO JURÍDICO E DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS

*Propostas para aprimorar
o sistema brasileiro a partir
da experiência colombiana*

**EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2023**

Copyright © 2023 by Yago Nunes dos Santos

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

S237v

Santos, Yago Nunes dos

Veto jurídico e diálogos institucionais : propostas para aprimorar o
sistema brasileiro a partir da experiência colombiana / Yago Nunes dos
Santos. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2023.

232 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-2626-0

1. Direito constitucional. 2. Controle de constitucionalidade.
3. Veto. 4. Ciência política. I. Título.

CDD 342.81

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio	XI
1 Introdução.....	1
2 Separação de poderes, constitucionalismos e reformulação da concepção democrática nos países da América Latina	5
2.1 O aparente paradoxo entre a democracia e o constitucionalismo	9
2.2 Neoconstitucionalismo e o triunfo do Poder Judiciário nas democracias ocidentais	22
2.3 O novo constitucionalismo latino-americano: a abertura dos canais deliberativos	29
2.3.1 Algumas transformações de natureza dogmática	31
2.3.2 Algumas transformações de natureza político-institucional	43
2.4 O diálogo institucional no novo constitucionalismo latino-americano enquanto alternativa às teses defensoras de uma “última palavra” decisória	51
2.5 Conclusões parciais decorrentes do capítulo.....	58
3 O veto presidencial no contexto dos diálogos institucionais no Brasil ...	61
3.1 Breve análise da origem e do desenvolvimento do poder de veto.....	62
3.2 A estrutura da sanção e do veto na Constituição Federal de 1988	69
3.3 O poder de veto no presidencialismo de coalizão brasileiro	74
3.3.1 As bases e o funcionamento do presidencialismo de coalizão.....	74
3.3.2 O caráter dialógico do veto no Brasil	82
3.4 Conclusões parciais decorrentes do capítulo.....	100
4 O veto presidencial no contexto dos diálogos institucionais na Colômbia	103
4.1 A estruturação dos diálogos institucionais na Colômbia a partir do robustecimento dos mecanismos de controle de constitucionalidade	104

4.2 O papel político-dialógico da Corte Constitucional colombiana	116
4.3 O papel dialógico do veto presidencial na Colômbia	125
4.3.1 Objeções ao Projeto de Lei que declarava o Município de Orocué patrimônio histórico e cultural.....	129
4.3.2 Objeções ao Projeto de Lei que regulamentava o exercício da profissão de treinador esportivo.....	132
4.3.3 Objeções ao projeto de lei que ampliava a vigência da “Lei Quimbaya”	136
4.4 Conclusões parciais decorrentes do capítulo.....	139
5 Possibilidades de ampliação dos diálogos institucionais no Brasil a partir do modelo colombiano.....	141
5.1 Jurisdição constitucional e diálogos institucionais no Brasil.....	141
5.1.1 O STF na ditadura e o julgamento do Habeas Corpus 4.049: o caso Plínio Coelho	152
5.1.2 O STF durante a reconstitucionalização: as posições estratégicas no decorrer da Assembleia Nacional Constituinte	156
5.1.3 O STF 20 anos após a redemocratização	158
5.1.4 O STF no Brasil de hoje: a atuação da corte no contexto da pandemia de covid-19	163
5.2 O controle de constitucionalidade preventivo dos projetos de lei com veto jurídico rejeitado: a ampliação do circuito deliberativo-institucional com a inserção do STF nas rodadas deliberativas.....	168
5.2.1 O controle preventivo dos projetos de lei no Brasil.....	169
5.2.2 Uma sistematização inovadora possível: a adaptação do modelo de controle judicial preventivo de constitucionalidade no Brasil a partir do exemplo colombiano.....	176
6 Considerações finais.....	187
Referências bibliográficas	189